



CULTURA E IDENTIDADE

subjetividades e minorias sociais

Flavi Ferreira Lisboa Filho
Thomas Josue Silva
(orgs.)

FACOS - UFSM

Flavi Ferreira Lisboa Filho
Thomas Josue Silva
(orgs.)

CULTURA E IDENTIDADE

subjetividades e minorias sociais

SANTA MARIA

FACOS - UFSM

2018

C968 Cultura e identidade [recurso eletrônico] : subjetividades e minorias sociais / Flavi Ferreira Lisboa Filho, Thomas Josue Silva, (orgs.). – Santa Maria, RS : FACOS-UFSM, 2018.
1 e-book

Disponível em: www.ufsm.br/estudosculturais
ISBN 978-85-8384-053-4

1. Sociologia 2. Identidade cultural – Subjetividades
3. Identidade cultural – Representação 4. Minorias sociais 5. Cultura I. Lisboa Filho, Flavi Ferreira II. Silva, Thomas Josue

CDU 316.48
316.6/.7
316.7

Ficha catalográfica elaborada por Alenir Goularte - CRB-10/990
Biblioteca Central - UFSM



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

CULTURA E IDENTIDADE: SUBJETIVIDADES E MINORIAS SOCIAIS

A estrada onde passam
as rodas dos caminhões.
Onde passarão
qualquer dia, os canhões.

Para os bairros,
os distritos fabris.
Onde fabricarão (a morte),
as pistolas, os fuzis.

Ou nas colheitas
onde tiram tudo da terra.
Onde recolherão,
corpos enrijecidos de guerra.

Nas escolas,
em que se produz a ciência
Se libertarão (homens e mulheres)
pessoas sem consciência?

(Na escola,
na fábrica,
na lavoura,
se destrone a classe usurpadora!)

Onde se calcula o salário
e se esconde a calculadora,
Se insurgirão
as pessoas da classe trabalhadora!

GERMANO MOLARDI

SUMÁRIO

- 10** Diálogos universidade, conhecimento e movimentos sociais -
à guisa de uma apresentação
Flavi Ferreira Lisboa Filho
Thomas Josué Silva

PARTE I – REFLEXÕES

- 21** Práticas de exclusão de mulheres em hospício (Porto Alegre/Brasil, década de 1940):
um pouco mais de sensibilidades, senhores!
Nádia Maria Weber Santos

- 31** Identidade e gênero:
representações femininas nos programas televisivos Bah!
Mariana Nogueira Henriques
Flavi Ferreira Lisboa Filho

- 42** A representação e as representações distorcidas no jornalismo:
relações conceituais de racismo e sexismo
Ana Luiza Coiro Moraes
Giane Vargas Escobar

- 59** Lesbianidade negra, Interseccionalidades e o Pensamento Descolonizado
Geanine Vargas Escobar
Maria Manuel R. T. Baptista

- 75** American Reflexxx:
o nomadismo do gênero como fuga da normalização dos corpos
Alessandra Pereira Werlang
Caio Ramos da Silva
Alexandre Rocha da Silva

- 87** La subjetividad como potencia de la constitución (des)identitaria
Rosa Maria Blanca
Letícia Alves Honório

- 99** Coleção de design de moda sem gênero e a teoria queer
Almery Junior Ruviano
Maria da Graça Portela Lisbôa

- 110** Homossexualidade e literatura:
contos brasileiros contemporâneos contra a homofobia
Ana Paula Teixeira Porto
Luana Teixeira Porto
- 127** Além do arco-íris:
um estudo das decisões do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul acerca dos direitos civis LGBT pós-constituição da república de 1988
Bruna Carolina Mariano
Ílász Schaffer Stahlhöfer
- 148** Famílias homoafetivas em Família no papel:
reiteraões e subversões das normas de sexo/gênero no documentário brasileiro contemporâneo
Dieison Marconi
Cássio dos Santos Tomaim
- 165** A potência edu(vo)cativa das imagens fílmicas na (con)formação de gênero:
experiências de aprendizagem a partir do cinema
Lutiere Dalla Valle
- 184** Caminhos para pensar as problemáticas de gênero nas pesquisas em comunicação
Tainan Pauli Tomazetti
- 202** “Nascemos nus e o resto é drag”:
corpos subvertendo imagens em processos artísticos e socioculturais
Odailso Berté
- 221** A produção das Artes Cênicas sob o prisma da identidade
Raquel Guerra
- 240** Dispositivo colaborativo de criação teatral:
dramaturgias contemporâneas de resistência a partir da enunciação de desejos coletivos
Marta Leitão
Maria Manuel Baptista
Larissa Latif Saré
- 259** Construcción de representaciones en las sociedades en red:
una aproximación desde el debate por la propiedad de la tierra
Marina Poggi
- 276** Comunicação, encontro e etnoeducação:
uma analítica da ambivalência em comunidades ribeirinhas de Oriximiná
Rejane Moreira

293 Histórias dos Povos Indígenas do Rio Grande do Sul:
a disputa entre os silenciamentos e os protagonismos
Júlio Ricardo Quevedo dos Santos
Eduardo Perius

313 Métodos para a construção de documentários:
compartilhar o fazer, os saberes e os afetos na realização
Maria Angela Pavan

PARTE II - ENTRE SABERES E FAZERES

329 C(r)omo Somos:
o pertencimento das comunidades LGBTTT no cenário midiático atual
Ana Carolina Figueredo Virginelli
Andressa Ribas Lameira Merlo
Bruna Mallmann Bucco
Nathália de Oliveira Batista
Matheus Fontella Goulart

333 Documentário Hip-Hop
Laura Bastos
Júlia Custódio
Gabriele Foggiato
Elena Dias
Camila Missio

335 A participação dos(as) idosos(as) na construção de sua identidade cultural
Paola Dias de Ávila
Camila Lourenci Jardim
Kauane Andressa Müller
Vanessa Vieira Trindade de Oliveira
Vitor Rodrigues de Almeida

348 Fat Power:
fotografia a favor do empoderamento da mulher gorda
Carine da Silva
Leandra Cohen

364 As Guardiãs de Ibarama:
mídias alternativas e visibilidade da mulher rural
Ada C. Machado da Silveira
Bibiana Silveira-Nunes
Jaqueline Quincozes Kegler

380 Mulheres Rurais
Ariele Righi
Camilla Avila
Juliana Graebner
Paulo Vinicius Giacomelli
Pietra Ceretta

385 Sororidade
Bruna Bergamo Paim
Mariana Flores Pinto
Sabrina Rodrigues Cáceres

PARTE III – A OBRA “EROS, TRÂNSITOS E AUSÊNCIAS” E SUA EXPOSIÇÃO

393 Fotografias das Obras – Thomas Josué Silva

A exposição “Identidades e Representações de Minorias”
Ana Carolina Stefanello
Isadora Severo Teixeira
397 Jerônimo Severo
Reinaldo Guidolin
Viviane Badke Jacques
Lucas Brum Corrêa
Yuri dos Santos Machado
Flavi Ferreira Lisboa Filho

AMERICAN REFLEX:

O Nomadismo do Gênero como Fuga da Normalização dos Corpos³⁰

Alessandra Pereira Werlang

Caio Ramos da Silva

Alexandre Rocha da Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Introdução

Ao tratar do sexo como categoria filosófica, Beatriz Preciado (2011) desloca essa noção de seu entendimento naturalizado enquanto algo que se institui como verdade dos corpos para pensar em sua constituição como regime de verdade que delimita, uma forma de controle dos corpos utilizada pelo capitalismo contemporâneo para normalização e determinação das subjetividades. Essa ideia, que Preciado chama de contrassexualidade (2014), supõe que o sexo e a sexualidade, e não somente o gênero, devem ser entendidos como “tecnologias sociopolíticas complexas” a fim de desnaturalizar a heteronormatividade ou mesmo os conjuntos de práticas que designamos masculinas ou femininas como resultado determinado por características anatômicas. A categoria ‘sexo’ “não apenas funciona como uma norma, mas é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa” (BUTLER, 1993). Para Judith Butler, “o ‘sexo’ é um ideal regulatório cuja materialização é imposta: esta materialização ocorre (ou deixa de ocorrer) através de certas práticas altamente regulatórias” (BUTLER, 1993, p.1).

O sexo e o gênero se inserem, assim, em um território político, denominado por Preciado (2011) de sexopolítica. Como consequência, tanto gênero quanto sexo são instâncias do biopoder que são disciplinadas e normatizadas na produção de subjetividades. Com efeito, é possível observar que a sexopolítica atua institucionalmente através do

³⁰Trabalho apresentado na Divisão Temática IJ08 Estudos Interdisciplinares da Comunicação, da Intercom Júnior – XII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

Estado, da ciência e da educação, o sexo é materializado através da reiteração de normas para então servir como regulador do corpo, identificando quais corpos são “doentes” e tem menor valor, consolidando a supremacia da identidade heterossexual e cisgênera. Se assumir fora do padrão imposto é reivindicar autonomia sobre o corpo. A norma corporal não é simplesmente passada para o sujeito, mas o sujeito é formado por ser obrigado a passar pelo processo de assumir seu sexo. É por meio da identificação que as normas regularizadoras agem criando uma matriz excludente, pela qual permitem ou negam identidades (BUTLER, 1993).

Em contrapartida, o avanço das “minorias” está inserido em um contexto de amplos deslocamentos políticos, sociais e tecnológicos. Tais deslocamentos impõem uma reconfiguração de um certo modo de pensar o humano. Nesse panorama, consideram-se novos devires e novos processos de subjetivação que contribuíram para a fragmentação de identidades hegemônicas. Nesse sentido, é possível falar em um advento pós-humano, que questiona a naturalidade do sexo e toma o gênero como processo de identificação social. Donna Haraway (1991) utiliza a figura do ciborgue como transgressão às concepções prévias de natureza e como um marco do fim das barreiras entre humano e máquina, entre gêneros.

Para agir de forma eficaz contra as normas regulatórias do sexo, o objetivo da multidão *queer* seria então a desmaterialização do corpo, resistindo a todo processo que o torne “normal”. Porém, é preciso evitar “a segregação do espaço público por outras identidades. Beatriz Preciado reforça:

Por oposição às políticas ‘feministas’ ou ‘homossexuais’, a política da multidão *queer* não repousa sobre uma identidade natural (homem/ mulher) nem sobre uma definição pela prática (heterossexual/ homossexual), mas sobre uma multiplicidade de corpos que se levantam contra os regimes que os constroem como ‘normais’ ou ‘anormais’: são os *drag kings*, as *gouines garous*, as mulheres de barba, os transbichas sem paus, os deficientes ciborgues... O que está em jogo é como resistir ou como desviar das formas de subjetivação sexopolíticas. (PRECIADO, 2011, pg.16)

Preciado enfatiza a resistência frente a um regime que exclui e segmenta todos aqueles que habitam a zona de desvio da identidade e sexualidade no que faria da multidão *queer* um tipo de margem ou de reservatório de transgressão” (PRECIADO, 2011, pg.14). Assumir a identidade desviante serve então como forma política de combate ao padrão e uma forma de visibilidade dessa multidão, mas sem se apoiar na naturalização, que levaria a novas normas regulatórias quanto ao que irá comunalizada. Contudo,

tal resistência não deve implicar em uma nova forma identitária fixa e estável, passível de naturalização. Preciado (2014) critica a possibilidade de continuar trabalhando com essas noções, por exemplo, mulher/ homossexual/ negro como categorias estáveis, ignorando assim que são “o produto performativo do trabalho disciplinar” (PRECIADO, 2014, p.90) empreendido pelas ciências humanas na contemporaneidade. Ao contrário, deve-se pensar essa multidão de subjetividades desviantes como um devir. Os devires minoritários devem ser pensados em seu desvio, enquanto configuram novas possibilidades de pensar as estruturas e os regimes de verdade consolidados sob a perspectiva ocidental, eurocêntrica, capitalista, masculina, cisgênera e heterossexual.

Gênero enquanto multiplicidade

A divisão do gênero em feminino e masculino é tributária de uma lógica binária que estruturou, desde a antiguidade clássica, as condições de inteligibilidade do sujeito e do mundo. O gênero, ainda, seria entendido como a instância cultural do sexo, seu dado natural. Desse modo, o sexo enquanto um dado natural, atravessado pela ciência biológica, determinaria o gênero, evidenciando a primazia de uma suposta verdade científica sobre aquilo que seria da ordem da cultura. No entanto, ao interrogar a naturalização do sexo e, conseqüentemente, a relação deste com o gênero, Butler (2010), oferece-nos condições de pensar o gênero e a sexualidade como produzidos por reiteradas práticas discursivas. É nesse sentido que o corpo sexuado e generificado é materializado. Mas é igualmente importante ressaltar o caráter reiterado dessas práticas, pois é na reiteração da norma que reside a possibilidade do desvio dessa norma, para Butler (2010).

As normas do sexo são perpetuadas no discurso, que produz um enquadramento das multiplicidades do corpo, limitando seu potencial. O “certo X errado”, “bom X mau”, são aplicados no corpo do indivíduo com o objetivo de distinguir o modelo ideal de masculinidade e heterossexualidade pelas outras formas de representação que não se encaixam no sistema. Porém, em um terreno tão vasto em multiplicidades, a divisão binária se torna obsoleta. Não podemos pensar em “quem eu sou” e sim “o que eu faço”. O gênero, tanto quanto a sexualidade, são, assim, constituídos performativamente materializando o corpo. Com isso, Butler rejeita um viés identitário do gênero e da sexualidade, uma vez, que estes não são predicados estáveis e atrelados aos sujeitos de modo essencialista (BUTLER, 1993).

Para Butler (2010), estamos presos em uma ordem compulsória que exige a coerência entre um sexo, um gênero e um desejo/prática. A concepção de gênero é legitimadora do discurso normativo. Ele aprisiona o sexo dentro de si como uma ordem natural do

corpo, mantendo um difícil caminho para a desconstrução por não estar mais na ordem cultural de construção. O gênero tem o papel de fixar a matriz heterossexual, assegurada pela ordem binária de sexo que limita os seus desvios. A performatividade, assim, surge na forma como o sexo e o gênero se apresentam, não só para aqueles que desviam da norma dominante, mas para todos os sujeitos. Para Butler (2010), gênero não é natural do sujeito, mas também não é intencionalmente produzido por ele. Essa noção representa um avanço nas teorias feministas essencialistas que se baseiam em um “eu” por trás da construção social do gênero que consolida a identidade feminina enquanto estática e, igualmente, normativa.

A performatividade não é algo inventado pelo indivíduo, como vestir uma fantasia. A “paródia de gênero” é reiterada histórica e culturalmente. Os indivíduos somente reproduzem as ações culturais e as perpetuam. “Submetido ao gênero, mas subjetivado pelo gênero, o ‘eu’ não precede nem segue o processo dessa generificação, mas emerge apenas no interior das próprias relações de gênero e como matriz dessas relações” (BUTLER, 1993, p.7). Quando o sujeito nasce, já está interpelado pelas relações de gênero que tornam possível sua identidade na cultura já estabelecida, ou seja, essas relações configuram assim atravessamentos culturais que determinam as condições de inteligibilidade do sujeito. Nesse sentido, esse sujeito somente é ontológica e epistemologicamente possível dentro dessas relações e normas. Quando ainda feto, a definição de seu gênero a partir do sexo já carrega uma carga cultural que é determinante na posição que aquele sujeito ocupará na sociedade. Fora desse esquema de possibilidade, o sujeito estabelece-se fora dos modelos e ideais hegemônicos e normatizados de ser e estar no mundo.

A ascensão de novas tecnologias facilita o trânsito de identidades e sua multiplicidade. Se para as sociedades da revolução industrial o consumo era feito de forma massiva e a disciplina previa um enquadramento em padrões, hoje temos a possibilidade de personalizar nosso consumo, transitando entre uma infinidade de informações e culturas. Porém, ainda estamos preocupados com o pertencer, como explica Bruna Baffa:

Na nossa ânsia de definição e pertencimento, fomos do fechado para o aberto, da normatividade para a possibilidade, tudo em busca do tão sonhado espaço para ser o que se quiser ser e para ser diferente e singular. Ser dois OU ser vários ainda dialoga dentro da mesma lógica, a lógica do ser. Pluri-normativizar não é superar as normas, é simplesmente pluri-normativizar. É melhor, é mais confortável, é mais generoso, mas ainda é. A verdade é que sonhamos sempre muito além do que sequer sonhamos saber e, no espiral do ser, passamos a nos perguntar: seria o futuro a continuação ou o rompimento com o passado? Superar é transcender. (BAFFA, 2015³¹)

Apesar do papel ativo do sujeito quando procura seu pertencimento no meio social, o que importa aqui são as agências do sistema capitalista para englobar cada vez mais identidades. A inserção desses novos públicos na economia não procura a libertação das normas que regem os corpos, mas sim o maior lucro de um movimento de pluralização das identidades que não pode mais ser contido. A produção capitalista também atua sobre os sujeitos produzindo subjetividades. No entendimento de Guattari (2005), essas subjetividades são produto de um fazer maquínico próprio do capitalismo, pois engendram estruturas modelizantes e que consolidam hegemonias. Segundo Guattari, esse processo de produção - a que denominamos comunicação - é maquínica porque «é essencialmente fabricada, modelada, recebida e consumida» (Guattari, 2005). Nesse sentido, é no contexto capitalista que a produção de subjetividades exacerba-se ocasionando, do mesmo modo, novas formas de percepção e novas produções de sentido, porém, sempre corroborando uma lógica binária que exclui aquilo que desvia das normativas hegemônicas e dos modelos ideais consagrados na cultura.

Se o capitalismo avançado aceita identidades minoritárias desde que participem do mercado como consumidores, qual é a posição política a ser adotada? Os discursos libertários e declaradamente de direita (pró-capitalismo, pró-consumo) dentro dos movimentos sociais são crescentes. Assumidamente homossexual e negro, Fernando Holiday é o Coordenador Nacional do Movimento Brasil Livre (organização de ideais liberais) e milita contra projetos sociais voltados à questão LGBT e racial. Paulo Oneto, em contrapartida, reforça qual o caráter de uma tática de máquina de guerra, que se assemelha às concepções de uma política *queer*:

A máquina de guerra não é uma bandeira do Estado mínimo ou por qualquer outro tipo de reivindicação. Ela não é espontaneísta e nem sequer “democrática”. Ela não passa de um paradigma da criação e da ação contínuas. Na melhor das hipóteses, ela é a não-censura, o desbloqueio, o engajamento para achar uma saída, não uma solução para problemas naturalizados, mas uma saída quando estes nos sufocam. Mas a saída não é uma mera fuga negativa, mas uma busca de oxigênio: “um pouco de possível senão sufocamos”... A fabricação de possível requer o trabalho de materiais do metalúrgico, sob pena de se transformar num possível que é apenas objeto de nossa imaginação. (ONETO, 2008, p.160)

A política do movimento *queer* não é, portanto, redutível às instituições que cria. A política do movimento é instantânea e se concebe no processo de existir desses sujeitos que desafiam a regra.

31 Disponível em: <http://pontoeletronico.me/2015/transcengender/>

American Reflexx: do ódio ao desconhecido

Lançado em 2013, *American Reflexx* é um curta-metragem de experiência social dirigido pela americana Alli Coates. Performado pela artista cisgênera Signe Pierce, o documentário acontece nas ruas de Myrtle, na Carolina do Sul, um dos estados mais conservadores dos Estados Unidos. A personalidade interpretada no vídeo veste o que seriam “roupas de stripper” e esconde seu rosto em uma máscara espelhada. Durante uma hora percorrendo as ruas da cidade, a figura agênero é assediada pelos pedestres pela imagem feminina que representa, mas também agredida verbal e fisicamente por parecer trangênero. O corpo, quando se manifesta como máquina de guerra, se apresenta em um constante estado de guerra. Não há estabilidade no constante embate com as instituições. A figura causa repulsa, nojo, ódio, risos, atração, medo. A não definição de uma identidade para o corpo leva aos sentimentos conflituosos, pois não é possível estabelecer em qual lugar social aquela figura está ocupando. O medo do que não é identificável e que assombra as concepções de um “natureza humana” leva a exclusão do meio social e pode chegar a violência física, a fim de eliminar o sujeito.

Judith Butler afirma que as categorias de ser constroem o humano, e tudo aquilo não identificável dentro dos ideais regulatórios têm sua humanidade retirada. Não há, desde antes do nascimento, - no qual o gênero do feto é delimitado de acordo com seu sexo – nenhum outro momento de neutralidade do ser, então

Estas atribuições ou interpelações alimentam aquele campo de discurso e poder que orquestra, delimita e sustenta aquilo que pode legitimamente ser descrito como ‘humano’. Nós vemos isto mais claramente nos exemplos daqueles seres abjetos que não parecem apropriadamente generificados; é sua própria humanidade que se torna questionada. Na verdade, a construção do gênero atua através de meios excludentes, de forma que o humano é não apenas produzido contra o inumano, mas através de um conjunto de exclusões, de apagamentos radicais, os quais, estritamente falando, recusam a possibilidade de articulação cultural (BUTLER, 1993, p.8)

A construção do humano dá-se justamente pela diferenciação do que constrói o não-humano. Na sociedade ocidental, a construção da humanidade consiste na diferenciação de culturas a partir do corpo material (VIVEIROS, 2015). Por isso, há de certa forma um determinismo para a socialização das pessoas com relação ao seu físico. O corpo é o meio de pregar uma cultura de privilégios sociais. A naturalização das ciências biológicas categoriza os seres, criando modelos do que seria o corpo saudável e servindo de

ancoragem para um determinismo em relação ao sexo. A biologia nesse caso também seria uma expressão da cultura ocidental, pois o natural também é cultural no sentido em que os saberes científicos são igualmente constituídos a partir da linguagem e compõem um discurso que parte de uma perspectiva fixa, legitimada e determinada. Apesar da evolução em relação ao tratamento das pessoas *queer* pela medicina, ainda se considera a transexualidade um transtorno mental previsto pelo código internacional de doenças e também prevê intervenção cirúrgica compulsória no caso dos intersexos.

Na perspectiva ameríndia, a natureza seria a forma particular do objeto, já que a multiplicidade de corpos animais teria em comum a cultura. As classificações de gênero para os índios norte-americanos eram mais amplas. Em algumas comunidades se reconheciam pessoas transexuais e também gêneros não binários. Porém, mesmo nas comunidades indígenas, o reconhecimento da humanidade não se dá somente por semelhanças físicas. Mesmo dentro de uma espécie podemos não reconhecer a humanidade do outro, mas reconhecê-la em espécies diferentes (VIVEIROS, 2015).

A figura do vídeo está imersa nas possibilidades do gênero fluido. Ela não pode ser classificada e, portanto, não é considerada humana por aqueles que buscam a semelhança na sua figura. Donna Haraway (1991) pôde identificar em seu Manifesto Ciborgue, as rupturas desta criatura com o humano, não somente pela figura clássica do homem robô, mas também pelo “derretimento das fronteiras entre humano e animal, entre gêneros, entre humano e maquínico, natural e artificial, físico e não físico” (FELINTO; SANTAELLA, 2012, pg 30). A figura ciborgue é então a materialização da transgressão e objeto de temor das normas dominantes do patriarcado, do colonialismo e do capitalismo. O corpo é máquina de guerra, como na concepção de Deleuze e Guattari

Não se trata de falar do aparato militar que um Estado, reino ou império é capaz de construir para fazer guerra contra seus inimigos internos ou externos, mas de mostrar que uma máquina de guerra é sempre (por definição) exterior às diversas formas de Estado surgidas ao longo da história. Estas seriam, a rigor, manifestações de um outro paradigma, correlato ao primeiro e com o qual a máquina de guerra manteria uma relação de oposição, permanentemente tensão, concorrência com atração mútua, mas sem complementaridade: o paradigma do aparelho do Estado (ONETO, 2008, p.148)

A tática da máquina de guerra é o nomadismo. Assim como a preocupação do aparelho estatal é sua conservação, a guerrilha efetiva contra ele é impedir sua formação. As identidades aqui podem ser consideradas as táticas de manutenção dos poderes do Estado absoluto (ONETO, 2008). A igreja, por exemplo, é uma instituição de regulação

do corpo que funciona para manter valores morais que regem aquela sociedade. Em *American Reflexxx*, um pastor grita palavras de ordem ao ciborgue. Fugindo as identidades naturalizadas, a figura é considerada pecadora e condenada ao inferno bíblico.

As identidades formadas, mesmo aquelas que antes beiravam a marginalidade como os LGBTs, podem ser captadas pelas Instituições, mas isso não implica em um avanço para a liberdade dos sujeitos. O casamento LGBT, por exemplo, é um avanço em termos de política social de inclusão, mas é mais um movimento para moralizar nas normas monogâmicas do Estado e Igreja as identidades que antes estavam a margem. A inclusão dos sujeitos no sistema capitalista pode parecer vantajosa, porém é somente uma pluri-normatização, e não uma superação das normas como dito anteriormente. O Estado, como as identidades (os dois se apresentam em ancoragem mútua; existem pelo outro) são territorializados e regidos pelas normas. A máquina de guerra escapa dos seus sistemas por não existir em materialidade, se apresentando somente em seu processo. É o devir-problematizante de Deleuze e Guattari que vai mover a máquina e ameaçar as concretudes do saber. Para o corpo ciborgue, por exemplo, não interessa a materialidade de seu sexo, mas sim a sua performatividade, pois ela vai entrar em constante choque com a natureza do sexo/gênero.

Cabe também ressaltar a diferença do nômade para o migrante. O migrante vai de um lugar ao outro, sendo matéria de diferentes formas, e o “nômade só afirma o deslocamento durante o seu movimento” (ONETO, 2008, p.156). Wiliam Peres (2012) define o estado nômade pela subversão aos padrões estabelecidos. É desse conceito que o nomadismo contribui para entender a performatividade do sexo como uma tática contra a sua materialização. Paulo Oneto (2008) reforça que é nesse movimento constante que as forças minoritárias tem velocidade como agente de mudanças. Quando as lutas políticas são capturadas pela burocracia do Estado, elas perdem sua força.

No final do vídeo, a figura ciborgue está estendida no chão após ser agredida. Surge então a voz de um homem, branco, cisgênero que ordena que a multidão que a violentava pare e, atendendo ao seu pedido, a multidão se dispersa. O ciborgue só é respeitado quando uma voz atribuída de poder ordena. Os corpos, atravessados pelas relações de poder, estão imersos e sujeitos a política (FOUCAULT, 1987). Os corpos que se enquadram nos padrões do Estado são dotados de maior poder, pois reiteram as normas. Em entrevista a revista online *Artnews*³², Signe Pierce relata:

Não importava se por trás da máscara eu era um homem/ mulher/ transgênero/ feio/ bonito, e eu não queria que eles se sentissem menos justificados por terem me machucado se eles percebessem que eu era uma mulher cisgênera depois de terem gritado todos aqueles insultos detestáveis e comentários transfóbicos para mim (PIERCE, 2015) (tradução minha)³³

O que não se encaixa em nenhum grupo, que não é homem/mulher/prostituta/transvesti ou é todas as formas de ser ao mesmo tempo, é excluído por todos esses grupos, deixado à margem da sociedade ou simplesmente eliminado dela. É com essa tática de não identificação que podemos falar em ações de desconstrução rápidas, agentes de uma micropolítica formados não por sujeitos identitários que busquem reconhecimento, mas sim que corram por fora do sistema o tencionando constantemente.

Para Guattari,

a máquina homossexual, longe de depender de uma ‘identificação ao progenitor do mesmo sexo’, rompe com toda forma de adequação possível a um pólo parental que possa ser apontado. Longe de se resolver em fixação no Semelhante, ela é a abertura à Diferença. A recusa da castração, no/na homossexual, não significa que ela/ele brocha diante de suas responsabilidades sociais. Pelo contrário, ao menos potencialmente, ele/ela tenta, a seu modo, expurgar estas responsabilidades de todos os procedimentos identificatórios normalizados, que no fundo são meras sobrevivências dos rituais de submissão os mais arcaicos (GUATTARI, 1981, p. 39)

O indivíduo *queer* não é um revolucionário necessariamente, mas funciona como parte da ruptura das normas por existir, por reivindicar para si, e pela sua mera existência, condições de inteligibilidade que deem conta de sua vivência rompendo, assim, com a estrutura que o exclui e o nega ontológica e epistemologicamente.

Considerações finais

Apesar de parecerem distantes da realidade, sendo representados principalmente no espaço do imaginário tecnológico em filmes de ficção científica, os ciborgues são, sobretudo, todos aqueles que rompem com as barreiras identitárias. Diante das vastas multiplicidades de subjetividades produzidas e expressas na sociedade, o terreno seguro

³² Disponível em: <http://www.artnews.com/2015/05/04/we-didnt-set-out-to-make-a-piece-about-dehumanization-mob-mentality-or-violence-alli-coates-and-signe-pierce-talk-american-reflexxx/>

³³ “*It didn’t matter if behind the mask I was a man/woman/trans/ugly/pretty, and I didn’t want them to feel like they were any less justified in hurting me if they realized I was a cis woman after hurling all these hateful slurs and transphobic remarks my way*”.

do natural é eliminado e o divino passa a se tornar o próprio homem, capaz de criar a si mesmo.

Os corpos, segundo Guacira Lopes (2003), deslizam e escapam não somente pelas subjetividades produzidas pelo sujeito, mas também porque são alvos de conflito. Eles não são matérias passíveis (PRECIADO, 2014. BUTLER, 1993) ante a ação do discurso. Os corpos, ainda, se inscrevem em uma dimensão política, pois são produzidos nas e pelas relações sociais num reiterado fazer. Estado, religião, ciência, mídia e até mesmo os movimentos sociais LGBTs e feministas, discursam sobre o corpo e tentam moldá-lo.

O racha em movimentos de esquerda, desde os movimentos operários marxistas na revolução industrial, é a não compreensão da diversidade e dos objetivos que rondam a todos. Ainda é na burocracia que se perdem as forças da política minoritária, que verticaliza e estratifica as relações. Não é à toa que o discurso liberal ganha força quando não compreendemos a importância também do coletivo em meio à acentuação das diferenças.

O que deve unir a multidão é o sentimento do devir mulher/trans/homossexual, no qual todos, apesar de diferentes, buscam a liberdade dos corpos e do desejo. Mesmo os sujeitos que se enquadram na norma são afetados por estas pautas. A questão é romper com a normalização das identidades, com a repressão ao desejo.

As multidões queer, ao desviar das identidades totalizantes, segundo Preciado (2011), encontram sua potência justamente na reapropriação das tecnologias que produzem o corpo normativo. Desterritorializam, assim, o corpo e a sexualidade. Para isso, devem escapar do enquadramento do sujeito e sua normatização, mas também fugir da marginalização. Guattari (1981), em *Anatomia do Possível*, identifica três cercos a que todo movimento de massa acaba preso: o da repressão social; o da segmentação em grupos; o do sobreinvestimento do “ideal de grupo”. Existe o “risco objetivo de que, da conjunção entre aparelho repressivo e a lógica dos grupelhos, renasçam inelutavelmente formas monstruosas de desejo de tirania e de desejo de sujeição” (GUATTARI, 1981, p. 72). Para fugir do cerco, somente criando novas formas de interação social para a luta micropolítica.

O nomadismo entra aqui como tática de fuga das identidades. O devir nômade é presente em seu processo e potencialidade, mas nunca chega a se territorializar. “A própria diferença é nômade, porque não se totaliza em uma marca identitária, mas se apresenta como fluxo” (PERES, 2012, p.541). A identidade, quando se apresenta, é transitória. O sujeito está em constante construção identitária, um incessante devir que se desloca ante os investimentos do biopoder nos corpos. Desse modo, as múltiplas formas

de resistência nesses corpos constituem-se em uma multidão queer. É nesse sentido que entender o gênero enquanto performatividade (Butler, 1993) permite pensar em uma condição de possibilidade de pensar o corpo como espaço de ação política, uma vez que é na sua materialidade que gênero e sexo se multiplicam, se deslocam e se reconfiguram. Como dito, o sujeito queer não é agente da mudança em si, porém é sua própria existência que tenciona as práticas naturalizadas que estabelecem regimes de verdade sobre o corpo e o sexo de modo que estes são submetidos às relações de poder subjacentes às instituições políticas tradicionais e ao controle das populações. A defesa aqui de uma desterritorialização das identidades normativas em função de uma multidão queer coloca-se como um investimento político em favor da diversidade como potência positiva e não marginalizante das minorias.

Referências

BAFFA, Bruna. **Transcengender** – um ensaio sobre a verdade. Disponível em: <<http://pontoeletronico.me/2015/transcengender/>> Acesso em: 08/12/2015 às 21:36

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam**: sobre os limites discursivos do “sexo”. 1993. [suporte eletrônico] Disponível em: <<http://eng5010.pbworks.com/f/ButlerBodiesThatMatterEx.pdf>> Acesso em 04/05/2016.

_____. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3ª ed, 2010.

COATES, Alli. PIERCE, Signe. American Reflexxx. [vídeo] Produção de Signe Pierce, direção de Alli Coates. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bXn1xavynj8>> Acesso em: 08/12/2015 às 13:40

COATES, Alli. PIERCE, Signe. ***‘We didn’t set out to make a piece about dehumanization, mob mentality, or violence’: Alli Coates and Signe Pierce talk ‘American Reflexxx’***: depoiment. [5 de abril, 2015] *Artnews*. Entrevista concedida a *John Chilverina*. Disponível em: <<http://www.artnews.com/2015/05/04/we-didnt-set-out-to-make-a-piece-about-dehumanization-mob-mentality-or-violence-alli-coates-and-signe-pierce-talk-american-reflexxx/>> Acesso em: 08/12/2015 às 21:36

FELINTO, Erick. SANTAELLA, Lucia. **O nascimento do pós-humano na cibernética**. In: O explorador de abismos: Vilém Flusser e o pós-humanismo. São Paulo: Paulus, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

GUATTARI, Félix. **Revolução Molecular**: pulsações Políticas do Desejo. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GUATTARI, F. & ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Editó-

ra Vozes, 2005.

HARAWAY, Donna. **Simias, Cyborgs, and Women: The Reinvention of Nature.** Nova York: Routledge, 1991.

LOURO, Guacira Lopes. **Corpos que escapam.** Estudos feministas, v.4, n. 4, agosto/dez., 2003.

ONETO, Paulo Domenech. **A Nomadologia de Deleuze-Guattari.** Revista Lugar Comum: Estudos de mídia, cultura e democracia, v.1, n.23/24, jan.-abr., 2008.

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos 'anormais'. **Estudos feministas**, v.19, n.1, jan.-abr., 2011.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto contrassexual.** São Paulo, N-1 edições, 2014.

PERES, Wiliam Siqueira. **Travestilidades Nômades: a explosão dos Binarismo e Emergência do *Queering*.** Estudos Feministas, v. 20, n. 2, maio-agosto, 2012.